

Ilhas e Ilhadas: famílias e casas em dois bairros afetados pela Enchente de 2024 na Grande Porto Alegre¹

Gabriel Mazur (UFRGS/RS)

Palavras-chave: Casa; Desastre; Enchentes de 2024.

Introdução

As enchentes ocorridas entre abril e maio de 2024 figuram como o maior evento do tipo já registrado no Rio Grande do Sul². Após um volume de chuvas cuja magnitude, abrangência, duração e intensidade foram consideradas inéditas no país, os níveis da maioria dos rios no estado registraram rápido aumento e inundaram mais de 15.000 km² do território (ANA, 2025). Na cidade de Porto Alegre, o Lago Guaíba chegou a 5,37 m, superando o recorde histórico de 4,75 m da enchente de 1941.

Entre os impactos bilionários estimados e contabilizados durante e depois do desastre, figuram enormes efeitos no setor de habitação. Em termos estritamente financeiros, no relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Suarez; Bello; Campbell, 2024), os danos, as perdas e os custos habitacionais das enchentes foram estimados em quase nove bilhões de reais. Esse valor inclui os prejuízos à infraestrutura de casas e edificações, perdas de mobiliário, gastos com reassentamento temporário e definitivo, além de processos de demolição e gestão de resíduos, mas evidentemente ignora uma série de dimensões do que significa habitar e viver em uma casa.

Este trabalho parte da discussão antropológica sobre a casa como um artefato essencialmente relacional que é constituída por diferentes modos de relação, entre eles parentesco, amizade e vizinhança. Como um outro olhar para os efeitos habitacionais do desastre, busco uma compreensão dos efeitos das casas na enchente e vice-versa em duas regiões intensamente afetadas da Grande Porto Alegre. A primeira delas é o bairro Mathias Velho, no município de Canoas, em que a água alcançou até três metros de altura (Força das..., 2024). A segunda é a Ilha da Pintada, parte do Arquipélago de Porto Alegre, uma comunidade articulada em torno da pesca e navegação, que registrou alagamento de cinco metros em 2024 (Benites, 2025).

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (processo nº 132979/2025-0).

Este trabalho, que decorre da minha pesquisa para a dissertação de mestrado, vem de um interesse pessoal e intelectual na experiência da enchente histórica. Atingido indiretamente pelas inundações em meu primeiro semestre de residência em Porto Alegre, busco entender os efeitos recíprocos da moradia e do desastre, articulados nos processos de saída emergencial e definitiva, retorno e permanência em bairros e casas afetados. Para tanto, realizei entrevistas com moradores/as das duas regiões entre 2025 e 2026 e observações da paisagem e de eventos como reuniões públicas³. Atualmente, pelas limitações do escopo de uma dissertação, meu foco está no trabalho na Ilha da Pintada, acompanhando as idas e vindas das/os habitantes e suas relações com projetos de adaptação climática e preparação para enchentes futuras.

A seguir, discuto o referencial teórico da antropologia da casa e do desastre que orienta meu olhar, com foco tanto na casa como materialização de uma vida familiar quanto como uma entidade articulada ao território e tantas outras casas. Partindo dela, apresento dois relatos vindos de entrevistas realizadas no Mathias Velho e na Ilha da Pintada. Destaco, então, como os contrastes entre os modos de habitar dois bairros populares vulneráveis às cheias fluviais implicam duas catástrofes distintas.

Desastres e casas

Para a definição de um campo de estudos da antropologia do desastre, a obra “*Angry Earth*”, de Anthony Oliver-Smith e Susanna Hoffmann (2020 [1999]), representa um marco. Sem ser pioneira no assunto, a coletânea sustenta um aporte específico de estudos etnográficos sobre os desastres junto aos trabalhos das “ciências duras”. O papel de antropólogos/as seria, então, compreender aspectos socioculturais do desastre e, portanto, contribuir nos esforços de intervenção durante e depois de terremotos, incêndios, vazamentos de petróleo, acidentes químicos e assim por diante. Uma questão central é, assim, a própria definição do desastre, como um conceito presente tanto entre pesquisadores/as quanto entre as pessoas afetadas, apontando para eventos ou processos duráveis de ruptura da normalidade, resultantes da relação moderna estabelecida entre “sociedade e natureza” (Oliver-Smith, 2020).

No Brasil, conforme Renzo Taddei (2020), uma antropologia do desastre é ainda mais recente. Tanto pela ideia de um país livre de calamidades naturais, quanto pela decisão política de pesquisadores/as em enfatizar a responsabilidade de certos atores ao

³ Agradeço ao apoio da Profa. Dra. Claudia Fonseca, Doralina da Silva e Milena Weber no trabalho de campo e nas discussões que informaram este trabalho.

enquadrar eventos como vazamentos de barragens como crimes, os desastres não compuseram um assunto específico até a década de 2010. A partir de então, em um diálogo aprofundado com a bibliografia internacional e diante de casos de ampla repercussão, uma série de trabalhos críticos à aparência de neutralidade e raridade dos desastres — tanto climáticos quanto associados a projetos de desenvolvimento — tomou forma.

Se a definição da categoria desastre emerge como um tema central em ambos os casos, a discussão específica sobre a casa e o habitar é pouco frequente na literatura, embora o desabrigo, a deterioração e a destruição das construções sejam imagens simbólicas da catástrofe. Entre as exceções, destaco os trabalhos de Andréa Zhouri e colaboradores/as (Zhouri *et al.*, 2017) sobre as contradições entre as formas monetarizadas e economizadas utilizadas nas políticas de reparação dos desastres de mineração e as vidas e territórios irreparáveis das populações afetadas. Além deles, Jiuen Cho (2024) descreve em detalhe as práticas de cuidado de famílias diante da contaminação de Fukushima, com o rearranjo de cômodos e outras estratégias de adaptação doméstica.

Olhar para uma casa inquantificável e integrada aos modos de cuidado e construção do parentesco nos conduz às discussões incluídas na chamada antropologia da casa. Embora seja comum descrever as origens desse campo nos escritos de Lévi-Strauss (1999 [1975]) sobre a organização social entre os então chamados kwakiutl, é com Janet Carsten e Stephen Hugh-Jones (1995) que a casa como lugar cotidiano e construção material, não apenas instituição social, ganha destaque. Ao inscrevê-la nos (novos) estudos de parentesco, essas autorias trazem à tona os efeitos específicos da convivialidade na produção do parentesco, no cuidado cotidiano, na comensalidade (Carsten, 2004), em resumo, na vida compartilhada sob um mesmo teto e entre as mesmas paredes.

A casa, porém, não deve ser concebida como uma entidade autônoma ou isolada, sob o risco de repetir certos pressupostos de um ideal da família nuclear euro-americana. Sobretudo nas discussões lusófonas sobre o tema, a relação entre casas é um tema central. No trabalho de Louis Marcelin (1999), a ideia de configuração de casas complexifica o entendimento da domesticidade e da territorialidade no Recôncavo Baiano, inscrevendo-as nos fluxos migratórios e uma rede de referências geograficamente diversas. Já João de Pina-Cabral (2014) propõe a categoria de *vicinalidade* como constructo teórico comparativo, distinto da mera proximidade da vizinhança, descrevendo processos de aproximação constitutiva, como formas de

coabitação que não apenas são definidas pelo território ocupado, mas também são suas definidoras.

Através da noção de casa, a bibliografia articula diferentes modos de relação que se imiscuem e extravasam a edificação normalmente descrita dessa forma. Olhar para as casas é reconhecer a inseparabilidade entre modos de habitar, de constituir parentescos e territorialidades, conectando pessoas, coisas, distâncias e temporalidades. Ao buscar reunir tal perspectiva com os estudos de desastre, argumento que os sentidos e as práticas da casa são fundamentais para os modos como o desastre é vivido antes, durante e depois. Desse modo, ao comparar duas regiões tomadas pelas águas de março e abril de 2024, acompanhamos como os desejos e práticas de permanência e de saída aparecem entrelaçados aos sentidos e efeitos mútuos da habitação e da enchente.

Mathias Velho e a impossibilidade

O Mathias Velho, ao menos antes das enchentes, figurava como o maior bairro da cidade de Canoas, com mais de 52 mil habitantes (Schaffner, 2024). Integrado à linha de trem da Região Metropolitana e em meio à malha urbana, a região era ocupada majoritariamente por trabalhadores/as urbanos/as desde a segunda metade do século XX. Suas muitas quadras, cortadas por ruas retas a perder de vista, compunham uma paisagem comum de casas térreas ou sobrados, pequenos comércios locais e pouca arborização. Exceto em suas partes mais remotas, em que o alto dique de terra vermelha e as estações de bombeamento eram visíveis, era possível esquecer que o bairro estava ao lado do leito do Rio dos Sinos, que nasce na Serra Gaúcha e deságua no Rio Jacuí perto dali.

Em uma casa térrea, recentemente pintada de verde-claro em uma parte relativamente alta, Dona Inês⁴, uma mulher aposentada e viúva, de baixa estatura e pele negra, me recebeu, junto à minha orientadora e a uma amiga historiadora para uma entrevista que ela não sabia sobre o que seria. Na pequena sala de estar, ela contou que as águas haviam deixado marcas acima da altura da porta e da janela. Disse também que toda a mobília havia sido comprada ou ganhada recentemente, exceto por um dos sofás, que seu filho colocara sobre as vigas do telhado antes do dia três de maio de 2024.

Residente no bairro há mais de quatro décadas e “uma das moradoras mais antigas”, D. Inês nasceu em Rio Pardo, no interior do estado, e veio para Canoas junto do marido que já trabalhava na cidade. Por insistência de uma cunhada, eles compraram

⁴ Todos os nomes são fictícios.

um pequeno terreno não regularizado no Mathias Velho com uma casa de um único cômodo “sem água, sem luz, sem portas e sem janelas”, numa região violenta e de difícil acesso. Ao longo das décadas, a casa fora expandida, desfeita e substituída pela construção atual, usando materiais ganhados no trabalho do marido ou comprados com os salários do casal e mão de obra familiar. Seu filho caçula agora fazia as alterações mais recentes, ao construir nos fundos sua própria casa separada. Simultaneamente, o bairro também mudou: os terrenos foram regularizados, as ruas asfaltadas, a criminalidade diminuiu e os serviços de água e luz estabelecidos — antes acessados pelos/as vizinhos/as via “gatos”.

Às vésperas da enchente de 2024, ela contou que esse mesmo filho, além de colocar móveis sobre as vigas do telhado, também fizera uma barreira com sacos de areia na frente do lote. A preparação e a ansiedade de D. Inês eram contraditórias com o ineditismo daquela situação. Nunca houve, naqueles quarenta anos, uma enchente do tipo, apenas o acúmulo da água da chuva no terreno à época mais baixo que o nível da rua. Angustiado, ela contou que, no dia três de maio, decidiu ir dormir na casa de sua filha Renata, algumas quadras dali. Durante a madrugada, sua neta a acordou avisando que a água estava subindo pelo encanamento de esgoto e, depois de alguma discussão, as três mulheres se refugiaram no sobrado de uma irmã do falecido marido de Renata, em que já estavam abrigados/as cinco parentes.

Foi no segundo andar dessa residência que ela testemunhou o avanço das águas sobre toda a vizinhança depois da ruptura do dique de proteção. Foi sobre o telhado da casa que ela foi resgatada de *jet ski*. De lá, as sete pessoas foram encaminhadas para o abrigo municipal e então buscadas e levadas para a pequena casa de cunhados de sua filha em Viamão, outra cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Embora D. Inês não os considerasse seus parentes, eles a chamavam de “vó” e não aceitaram suas recusas a morar ali pelo tempo que fosse necessário: um mês e cinco dias. Cansada de uma vida em um bairro e uma cidade desconhecidos, superlotando a habitação de seus anfitriões, ela tentou voltar para sua casa agora que a água havia recuado. Seu filho, que acampara no telhado e ocupara o segundo andar de um vizinho para cuidar da vizinhança antes de ser resgatado, de seus cães e de seus pássaros, desaconselhou, afirmando que a umidade iria deixá-la doente.

Depois de passar por três casas, gradualmente mais distantes na geografia e no parentesco, e desaconselhada a retornar à sua própria, D. Inês foi convidada pelos irmãos e irmãs, moradores de Rio Pardo a ficar por lá. Contou que, já que precisaria esperar, a ideia parecera boa. Chegando lá, porém, ela descobriu que sua família

consanguínea havia se organizado para que ela permanecesse lá definitivamente. Mesmo que seus parentes arcassem com os custos da mudança e de um aluguel, ela contou que não via sentido em abandonar toda sua vida, sua casa e seus filhos em Canoas e, uma vez mais, se preparou para retornar.

Meses depois das enchentes, D. Inês finalmente pode limpar a lama acumulada nos pisos, paredes e calçadas de casa e reorganizar a vida ali. Mas essa não foi a última de suas idas e vindas. Mais tarde, em novembro de 2024, com a segunda época anual de chuvas no Rio Grande do Sul, ela quase se mudou para uma região mais alta de Canoas. De última hora, no entanto, desistiu, diante da distância que haveria entre ela, seus filhos e a vida que ela conhecia, novamente em um território estranho.

A tensão perene entre ficar e ir embora, vivida e atualizada por Inês e por seus parentes ao proporem moradias alternativas, permanecia irresoluta. Por um lado, sua casa — um projeto familiar e o fruto do trabalho dela e de seu falecido marido — não podia ser abandonada tranquilamente. Seria deixar para trás uma vida, uma construção e uma vizinhança em que ela foi parte. Em suas próprias palavras: “vou morrer aqui, por todo o trabalho que passei aqui, sem água, sem luz”. Ao mesmo tempo, a memória vívida tornava impossível permanecer com tranquilidade. Ao inaugurar a possibilidade e a vulnerabilidade do desastre, D. Inês não podia estar em paz com a decisão de ficar. Novamente, como ela mesma contou: “se acontecer de novo, eu não volto”.

Ilha da Pintada e a possibilidade

Se o Mathias Velho compreendia um imenso bairro popular urbano, aparentemente protegido até mesmo da visão do rio que o cerca, a Ilha da Pintada era o seu oposto. O termo descreve tanto uma das ilhas do Delta do Rio Jacuí quanto a comunidade de pessoas que habita uma pequena fração desse território, integrante do município de Porto Alegre, originada na ocupação por imigrantes açorianos no fim do século XIX, totalizando cerca de seis mil habitantes (Ilha da Pintada..., 2024). Passadas várias pontes que atravessam o Delta, a Ilha era um subúrbio, estreito e longo às margens do Jacuí e do Lago Guaíba. Além das casas e sobrados, havia um posto de saúde, três escolas, seis marinas e outras tantas instituições públicas e privadas que atendiam a Pintada e as outras ilhas porto-alegrenses.

Seguindo pela rua a dois ou três metros de distância do rio, praticamente no meio da Ilha, encontramos Dona Ana, uma senhora idosa, de pele branca e bronzeada e estatura diminuta. Já havíamos conversado com ela e com a filha, artesãs de bijuterias e

joias com escamas de peixe, um pouco no dia anterior, no Centro de Porto Alegre. Ela insistiu que eu e minha parceira de pesquisa naquela visita entrássemos e tomássemos um café. Depois de um portão metálico e um gramado espaçoso, a sua casa tinha dois níveis. O mais baixo, feito de alvenaria, parecia ter sido desocupado. O mais alto, feito de madeira simples e acessado por uma escadaria, era onde ela nos recebeu. Entre os três cômodos dali (uma sala e cozinha conjugadas e dois quartos), havia uma escadaria interna que levava aos fundos do andar de baixo, ainda em uso.

À mesa, D. Ana mostrou as manchas das águas de 2024 nas paredes, a cerca de um metro de altura do chão. Ela e a sua filha Carla já haviam antecipado alguns detalhes da história da casa, mas agora ela explicava que todo aquele segundo andar fora erguido no fim de 2023, em resposta às cheias anteriores do Jacuí em novembro daquele ano. Se a excepcionalidade e quase impossibilidade da enchente era um tema comum em Canoas, na Ilha a questão era quantitativa mais do que qualitativa. Como D. Ana contava, em concordância com outros/as tantos/as interlocutores/as de pesquisa no local, a subida das águas era um evento comum que exigia alguma adaptação e preparação, mas estava longe de ser um desastre em si. Ao contrário, o avanço do Jacuí por vezes era lembrado como uma ocasião lúdica, quando as crianças brincavam nas águas na rua enquanto seus pais e mães cuidavam delas e das casas.

Ana, que havia morado a vida toda naquele terreno, filha de mãe pescadora e pai estivador, não era diferente. Depois de sucessivas partições do terreno, ela e o marido, então industriário vindo de São Leopoldo, cidade vizinha a Canoas, ficaram com uma faixa do terreno em que construíram uma casa de madeira nos fundos, da qual sobraram as ruínas depois de 2024. Anos depois, o casal com uma filha construiu uma segunda residência, a casa de alvenaria que servia de fundação, acesso e complemento para a residência atual. Décadas de cheias e alagamentos não prejudicaram esse modo de vida, no máximo exigiram estadias na antiga casa dos fundos. O problema das enchentes se configurou em 2023 em razão do volume. Depois delas, alguém avisou o marido de D. Ana que seria bom que a casa da família ficasse a pelo menos 1,70 m do nível do terreno, prevendo uma situação extrema.

O marido, que ela descrevia como um homem que gostava muito de marcenaria e carpintaria, teve a ideia, então, de aproveitar os 2,70 m da casa da frente e, rapidamente, ergueu uma escadaria de tijolos á frente e os três cômodos de madeira simples. A adaptação, então, ultrapassava o cenário pessimista que fora previsto, mas não o cenário real vivido no semestre seguinte. No final de abril daquele ano, com as

notícias das cheias rio acima, eles recolheram os três cães e as galinhas e patos de criação, junto com os bens e móveis importantes, e permaneceram no segundo andar.

Em maio, quando o Jacuí subiu até os degraus de cima da entrada, mãe e filha foram resgatadas de barco, enquanto o pai ficou para tratar dos animais. Dias mais tarde, quando as águas batiam no assoalho, o pai também saiu, levando os cachorros e pertences pessoais. Depois de passarem pelo abrigo no centro de Porto Alegre, os três se reencontraram em São Leopoldo, na casa da cunhada de D. Ana, vizinha à casa da falecida sogra onde seu marido crescera. Meses mais tarde, eles visitaram a casa quando algum retorno se tornou possível, arrumaram-na como podiam e cogitaram desmanchar e vender os materiais da casa dos fundos, mas desistiram.

Há mais de um ano, eles viviam entre duas casas, duas cidades e duas margens. Regularmente, Carla vinha com um dos pais para passar um ou alguns dias, mas o marido de D. Ana foi perdendo mais e mais o interesse em qualquer retorno, mesmo que temporário à Ilha. Segundo ela, como ele não era dali, não era a mesma coisa para ele: diante do risco de uma enchente futura, ele preferia ficar longe das águas. Assim, todo mês Ana e Carla viviam alguns dias por ali para “não deixar a casa sozinha”, comprar peixe, manter contato com lideranças das ilhas e companheiras no artesanato com escamas de peixe. O restante do mês era vivido longe dali, numa cidade que lhe era estranha, barulhenta e muito diferente do modo de vida tranquilo da Pintada.

Dentro de sua família havia, assim, uma cisão incomensurável entre quem era da Ilha e quem não era. Uma diferença entre modo de vida “propriamente” ilhéu, vinculado à pesca e ao rio, e o modo de vida urbano, mais conectado ao restante das cidades do entorno, implicava efeitos diferentes. Para mãe e filha, nascidas e criadas ali, a certeza de uma enchente futura não era tranquila, mas podia ser administrada com alguma adaptação e cuidado. Alguma permanência era possível. O vínculo com aquela comunidade insular, na beira de um rio variável, era desejado. Para o marido, mesmo décadas depois, o desastre significou uma ruptura angustiada com qualquer possibilidade de um retorno à vida como ela era.

Ficar ou ir embora

As duas histórias acima podem ser contadas como uma sucessão de casas: das casas antes, durante e depois das enchentes de maio de 2024. Em um mesmo terreno, avizinhas em um bairro, acessadas via parentesco e em cidades diferentes, cada uma delas compõe uma rede nem sempre pré-definida, mas rapidamente acionada. As

trajetórias e as tragédias dessas duas mulheres, de diferentes modos, descrevem vicinalidades ou configurações que efetivamente reterritorializaram suas vidas, seus passados e futuros, bem como materializaram vínculos mais ou menos tênues do que elas imaginavam de antemão.

Se essa semelhança geral nas experiências contribui para os argumentos sobre a relacionalidade da casa e sobre a centralidade dela na experiência do desastre, é nas diferenças entre os dois casos que podemos retornar a algumas questões centrais. Nos dois casos, o sentido da casa e aquilo que a vincula aos seus habitantes e territórios são bastante distintos. Mais além, as respostas para os problemas do que é desastre e do que não é, do que se faz diante de um futuro incerto e de como habitar um presente danificado vão em direções opostas.

No Mathias Velho, um território separado fisicamente do Rio dos Sinos, a possibilidade do avanço das águas e ter de recomeçar era fonte de ansiedade para D. Inês. Sua casa, resultado de anos de sacrifício, vivendo em condições difíceis, gradualmente superadas pelo trabalho familiar ao lado do falecido marido, filhas e filho, não podia ser deixada para trás, mesmo entre seus irmãos e irmãs. Conviver com a possibilidade de que um segundo alagamento total e avassalador era inevitável e inaceitável de uma só vez. Além de uma casa ao lado de outras, ela era uma casa em um território cuja segurança aparente dera lugar à vulnerabilidade contínua. Nesse sentido, o desastre não se encerrou nem com o escoamento, nem com a limpeza, nem com o retorno, mas persiste em uma normalidade irrecuperável.

Na Ilha da Pintada, às margens do Rio Jacuí, as flutuações no nível da água e tudo o que vem com elas não foram novidade, apenas a sua intensidade. O desejo de retorno de D. Ana acompanha uma concepção de casa e habitar que permitem certas adequações, planos de contingência e reconstruções. Aquilo que parece ser quase incompreensível para um/a não-ilhéu é uma conexão íntima entre história familiar, paisagem e convivência com um corpo hídrico que pode ser previsto e pode surpreender, que pode avançar mais ou menos sobre a terra aparentemente firme. O desastre, ainda que continue nas perdas e nas medidas de antecipação de futuros eventos, não inaugurou uma outra relação, mas atualizou uma relação territorial e doméstica, diante da demonstração de um caso extremo.

Os sofrimentos das perdas materiais e pessoais, de animais, de vizinhos/as e de coisas certamente não podem ser resumidos nestas páginas. O que busquei foi mostrar que as relações vividas e materializadas no doméstico e no local implicam em experiências distintas das enchentes, que levantam questões e abrem caminhos distintos,

não necessariamente mais ou menos trágicos diante da ameaça crescente de eventos climáticos e hidrológicos extremos. Configurações de casas, territorialidades e modos de construí-las levam a fugas, retornos, saídas e permanências específicas diante de desastres que não são um só.

Referências bibliográficas

ANA [Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico] (ORG.). **As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Brasília, DF: Ana, 2025.

BENITES, Geovana. “Sobrevivemos, agora queremos viver”: Um ano depois, moradores das ilhas de Porto Alegre ainda convivem com as marcas da enchente. **Matinal**, Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/sobrevivemos-agora-queremos-viver-um-ano-depois-moradores-das-ilhas-de-porto-alegre-ainda-convivem-com-as-marcas-da-enchente/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

CARSTEN, Janet. Houses of Memory and Kinship. CARSTEN, Janet. **After kinship**. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2004, p. 31-56.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. Introduction. In: CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen (ORGS.). **About the house: Lévi-Strauss and beyond**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1995, p. 1-46.

CHO, Jieun. Embodying the nuclear: The moral struggle of family care in postfallout Japan. **Ethos**, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 349–365, 2024.

Força das águas causou rompimento dos diques Mathias Velho e Rio Branco. **Prefeitura Municipal de Canoas**, 2024. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/forca-das-aguas-causou-rompimento-dos-diques-mathias-velho-e-rio-branco/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

Ilha da Pintada, em Porto Alegre, é invadida por areia e moradores permanecem isolados. **G1**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/05/25/ilhas-de-porto-alegre-areia-invade-casas-e-predios-publicos-no-bairro-arquipelago.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2026.

LÉVI-STRAUSS, Claude. The Social Organization of the Kwakiutl. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **The way of the masks**. Seattle: University of Washington Press, 1999, p. 163-187

MARCELIN, Louis HERNES. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 31–60, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131999000200002>. Acesso em: 17 jun. 2025

MOTTA, Eugênia. Houses and economy in the favela. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, [S. l.], v. 11, p. 118–158, 2014.

OLIVER-SMITH, Anthony. “What Is a Disaster?”: Anthropological Perspectives on a

Persistent Question. *In*: OLIVER-SMITH, Anthony; HOFFMAN, Susanna M. (ORGS.). **The Angry Earth**: Disaster in Anthropological Perspective. 2. ed. Londres: Routledge, 2020, p. 29-40.

OLIVER-SMITH, Anthony; HOFFMAN, Susanna M. (ORGS.). **The Angry Earth**: Disaster in Anthropological Perspective. 2. ed. Londres: Routledge, 2020.

SCHAFFNER, Fábio. “Perdi tudo”: os desabafos de moradores de Canoas, cidade partida pela enchente e unida pelo voluntariado. **GZH**, 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/05/perdi-tudo-os-desabafos-d-e-moradores-de-canoas-cidade-partida-pela-enchente-e-unida-pelo-voluntariado-clw18gi2500v60152i2pyvrjm.html>. Acesso em: 30 jun. 2026.

PINA-CABRAL, João De. Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 23–46, 2014.

SUAREZ, Ginés; BELLO, Omar; CAMPBELL, Jack. **Avaliação dos efeitos e impactos das inundações no Rio Grande do Sul**. [s.l.]: Inter-American Development Bank, 2024. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/avaliacao-dos-efeitos-e-impactos-das-inundacoes-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 16 abr. 2025.

TADDEI, Renzo. El campo de la Antropología de los Desastres en Brasil. Retos y perspectivas. *Em*: GARCÍA-ACOSTA, Virginia (ORG.). **La Antropología de los Desastres en América Latina**. [s.l.] : Gedisa Editorial, 2020. p. 99–124.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: Between Policies of Reparation and the Politics of Affectations. **Vibrant**: Virtual Brazilian Anthropology, Brasília, v. 14, p. 1-21, 2017.